



AMANTES DO PASSADO

EDUCAÇÃO,
CIÊNCIAS HUMANAS
E ESPECIALIDADES
HISTÓRICAS

Volume 3

**MANUEL ALVES DE SOUSA JUNIOR
LUCIANA ONETY DA GAMA SOBRAL**
(ORGANIZADORES)

PREFÁCIO DE:
FRANCISCA MÁRCIA COSTA DE SOUZA

POSFÁCIO DE:
FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS



EDITORA
SCHREIBEN

MANUEL ALVES DE SOUSA JUNIOR
LUCIANA ONETY DA GAMA SOBRAL
(ORGANIZADORES)

AMANTES DO PASSADO:

EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS
E ESPACIALIDADES HISTÓRICAS

Volume 3



EDITORA
SCHREIBEN

2024

© Dos Organizadores - 2024

Editoração e capa: Schreiben

Imagem da capa: Manuel Alves de Sousa Junior

Revisão: os autores

Revisão técnica e aceite dos textos para publicação: Manuel Alves de Sousa Junior

Livro publicado em: 02/07/2024

Termo de publicação: TP0432024

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)

Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)

Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)

Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)

Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)

Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)

Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)

Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dr. Leandro Mayer (SED-SC)

Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)

Dra. Marciane Kessler (URI)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)

Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A484 Amantes do passado : educação, ciências humanas e especialidades históricas. V. III / Organizadores : Manuel Alves de Sousa Junior, Luciana Onety da Gama Sobral. --Itapiranga : Schreiben, 2024.
243p. ; il. ; e-book.
Inclui bibliografia
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-282-8
DOI: 10.29327/5410030
1. Educação. 2. Professores – formação. 3. Educação - história I. Título. II. Sousa Junior, Manuel Alves de. III. Sobral, Luciana Onety da Gama.

CDD 370

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
<i>Francisca Márcia Costa de Souza</i>	

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Luciana Onety da Gama Sobral</i>	
<i>Manuel Alves de Sousa Junior</i>	

UNIDADE I

ENTRE BIOGRAFIAS, MÚSICAS E REGIONALISMOS: HISTÓRIAS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS

O MARECHAL NEGRO: SOTERO DE MENEZES E A QUESTÃO RACIAL NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX E SUAS INFLUÊNCIAS NA ATUALIDADE.....	15
<i>Alexsandro Abner Campos Baía</i>	
<i>João Pedro Oliveira Leite da Gama</i>	
<i>Leonardo Oliveira Pinheiro</i>	

AS PEDRAS VÃO ROLAR: UM ESTUDO SOBRE O REGGAE COMO ELEMENTO CULTURAL URBANOSSANTENSE.....	30
<i>Domingos Dutra dos Santos</i>	
<i>Lídia Viana dos Reis</i>	
<i>Wraydson Silva Sousa</i>	

O ENTOAR DAS VOZES QUE MANTIVERAM A TRADIÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS URBANOSSANTENSES NAS LETRAS DE MÚSICA DE ALMIR COUTINHO.....	47
<i>Dalyson de Carvalho Viana</i>	
<i>Lídia Viana dos Reis</i>	
<i>Mateus da Conceição Santos</i>	

ENTRE CLIQUES E REMINISCÊNCIAS: CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DO DOCUMENTO FOTOGRAFICO NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE URBANO SANTOS.....	64
<i>Dalyson de Carvalho Viana</i>	
<i>Lídia Viana dos Reis</i>	
<i>Mateus da Conceição Santos</i>	

O USO DA HISTÓRIA LOCAL NAS AULAS DE HISTÓRIA
DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS DO ESPÍRITO SANTO
PARTE I: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS – 6º ANO.....80

Laryssa da Silva Machado

Lucas da Silva Machado

UNIDADE II
DA LUTA ANTIRRACISTA AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
DEBATES ATUAIS ENVOLVENDO ARTE, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

LITERATURA INFANTIL NEGRA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL.....93

Juliana Veras de Sousa

Francisca Cibele da Silva Gomes

Andreia Rodrigues de Andrade

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ANTIRRACISTA PARA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)
NO CONTEXTO DA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA.....104

Francisca Márcia Costa de Souza

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CIÊNCIA INTERSECCIONAL:
(RE) CONSTRUINDO SABERES SOBRE AS “CIÊNCIAS BÁSICAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.....118

Francisca Márcia Costa de Souza

Débora Leite Silvano

A MUNDANIDADE COMO IMPOSIÇÃO DE SOBREVIDA EM
CIDADE DE DEUS, DE PAULO LINS.....136

Paulo Rafael Bezerra Cardoso

Maria da Luz Lima Sales

A MALANDRAGEM EM CENA:
DE *O BERÇO DO HERÓI A ROQUE SANTEIRO* - UMA ANÁLISE
DA TRANSPOSIÇÃO DO HERÓI PARA A TELEVISÃO.....151

Rondinele Aparecido Ribeiro

UNIDADE III
REFLEXÕES SOBRE TEMAS
DO PASSADO E DA CONTEMPORANEIDADE:
CONSTRUÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES

O SENTIDO POLÍTICO E TERRITORIAL NO PENSAMENTO GRAMSCIANO DA ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA.....	164
<i>Marizete Andrade</i>	
SALVADOR: UMA CIDADE EPISCOPAL NASCIDA SOBRE A ÉGIDE DO CATOLICISMO BARROCO PORTUGUÊS.....	177
<i>Luciana Onety da Gama Sobral</i>	
O QUE HÁ DE NOVO NAS DIREITAS? UM OLHAR A PARTIR DA AMÉRICA LATINA.....	188
<i>Fabício Ferreira de Medeiros</i> <i>Pedro Domingos Brandi Cachapuz</i>	
A IMPRENSA COMO REFLEXO DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: DESAFIOS E ABORDAGENS NA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	204
<i>Carlos Souza de Jesus</i>	
PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL DO SER-AÍ ADOLESCENTE.....	219
<i>Raquel Gilavert de Ávila</i> <i>Cristiano de Jesus Andrade</i>	
POSFÁCIO.....	232
<i>Fabício Ferreira de Medeiros</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	235
ÍNDICE REMISSIVO.....	237

O QUE HÁ DE NOVO NAS DIREITAS? UM OLHAR A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

Fabrizio Ferreira de Medeiros¹

Pedro Domingos Brandi Cachapuz²

INTRODUÇÃO

As direitas assumiram o poder em diversos países desde a onda neoliberal da década de 1980 e pouco depois do chamado “giro à esquerda” propiciado pelo fracasso das reformas orientadas para o mercado. Elas conquistaram o governo através de eleições, mas também de *impeachments* e novas modalidades de golpes de Estado, como nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) (Soler; Prego, 2019). Grupos auto-identificados como liberais, conservadores, cristãos, “patriotas” ou “cidadãos de bem” ganharam as ruas criando movimentos sociais e organizando passeatas; assumiram protagonismo em práticas de ativismo digital, no mercado editorial, na imprensa e nos parlamentos, engajando-se em campanhas anti-aborto, pró-família, anti-drogas e anti-globalização (Ruiz, 2005; Bohoslavsky; Broquetas, 2019).

Não por acaso, os estudos sobre as direitas se multiplicaram nos últimos anos, para examinar suas experiências seja em escala local, regional, nacional ou global. Surgiram pesquisas importantes abordando a história intelectual das direitas, mostrando que elas também são capazes de consolidar suas concepções ideológicas e seus diagnósticos sobre a realidade, realizando adaptações, trocas e inovações em seu pensamento político (Kolar; Mücke, 2018; Vicente, 2014; Finchelstein, 2019).³ Por outro lado, as análises relativas às suas formas de ação

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. É coordenador do Grupo de Estudos José Luis Romero. E-mail: fabrizio.f.medeiros@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-671X>.

2 Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É membro do Grupo de Estudos José Luis Romero. E-mail: pedrodomingos@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5190-5031>.

3 Pesquisas como estas vão na contramão de certo preconceito existente entre intelectuais de esquerda que acusam as direitas de serem pobres em termos teóricos, filosóficos e/ou ideológicos, acusando-as, por exemplo, de possuírem um vocabulário político que se reduz a umas poucas palavras, tais como: ordem, disciplina, hierarquia e obediência, isso quando não as acusam de serem mentirosas, hipócritas e cínicas. Essa leitura excessivamente moralista sobre as direitas pode ser encontrada em Waldo Ansaldi (2022).

política também mereceram a atenção de vários pesquisadores nos últimos anos. Os vínculos das direitas com a democracia e o autoritarismo, suas interpretações acerca dos papéis do Estado e do mercado, suas organizações partidárias e apartidárias, suas mudanças de estratégia voltadas para conquistar apoio eleitoral em países historicamente marcados por altos níveis de desigualdade, entre outros temas, têm merecido uma atenção significativa da comunidade acadêmica (Luna; Kaltwasser, 2014).

Salvo tais considerações, o objetivo deste capítulo será discutir os elementos que costumam ser identificados como novidade nos discursos e no comportamento político das direitas, incluindo sua variedade de matrizes ideológicas e formas de organização. A partir de uma revisão bibliográfica e com foco na história política da América Latina, entre a segunda metade do século XX e os dias atuais, pretendemos lançar luz sobre um tema que interessa tanto a pesquisadores quanto à sociedade em geral, uma vez que diz respeito a valores e sentimentos políticos frequentemente capitalizados pelas elites com o fim de mobilizar apoio social e explorar rivalidades, além de orientar o comportamento das pessoas em seu cotidiano.⁴

CATEGORIZAÇÃO E HISTÓRIA DAS DIREITAS TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA (SÉCULO XIX ATÉ 1970)

As direitas na América Latina, pensadas aqui como grupos sociais heterogêneos que possuem atitudes orientadoras de ações nos âmbitos econômico, cultural e político, não são necessariamente coesas em termos de composição social. Em outros termos, as direitas latino-americanas não estão restritas às burguesias da região, por mais que essa classe registre historicamente um posicionamento contrário às esquerdas. As direitas na América Latina possuem desde ao menos o pós-independência características gerais, como propõe José Luís Romero, se organizando principalmente em torno de dois grupos principais: i) as classes latifundiárias, senhoriais, que se filiavam fortemente ao catolicismo, rejeitando o laicismo, sendo defensoras das tradições e muito conservadoras; ii) uma classe “liberal burguesa”, laica, que exalta as liberdades individuais e a primazia da razão, sendo contrária, em princípio, à violência física como ferramenta política legítima. A imbricação entre estas duas classes, cujas clivagens eram mais explícitas na segunda metade do século XIX, somada à burguesia estrangeira, formou uma “oligarquia liberal burguesa”, que buscou

4 A discussão sobre as direitas e suas ideologias políticas tem uma justificativa prática, uma vez que as ideologias provocam reações emocionais nas pessoas, são consumidas diariamente e fornecem mapas de orientação de seu comportamento político. Em outras palavras, as ideologias são ferramentas fundamentais de construção de sentido e disputa pelo poder, as quais orientam as decisões dos governantes e dos cidadãos, em geral (Freeden, 2013).

limitar a política aos marcos do Estado restrito, este por sua vez conformado principalmente às orientações dessa oligarquia liberal burguesa (Romero, 1970).

A partir da década de 1930, os intelectuais dessa classe liberal burguesa tentaram justificar intelectualmente a crescente adoção de medidas autoritárias para impedir o avanço das esquerdas, na esteira da Revolução Russa de 1917 e da crescente influência do socialismo e anarquismo no seio da classe trabalhadora, reduzindo o liberalismo à defesa das liberdades individuais e econômicas. Há que se considerar ainda a ascensão do fascismo latino-americano nesse quadro político e os golpes e ditaduras que recrudescem na década de 1930 apoiadas pelos Estados Unidos da América (EUA): a ditadura de Anastasio Somoza García (1896-1956) na Nicarágua - que se perpetuaria até 1979 na figura de seus filhos -, responsável por assassinar Augusto Sandino (1895-1934), um dos principais líderes populares da história do país; e a de Rafael Trujillo (1891-1961) na República Dominicana, responsável por matar as irmãs Mirabal em 1960, que faziam oposição ao governo (Prado; Pellegrino, 2019).

Há ainda que se citar as novas direitas populistas, representadas pelos governos de Getúlio Vargas no Brasil (1937-1945) e Juan Domingos Perón na Argentina (1946-1955), em chaves que rejeitam a luta de classes e o próprio liberalismo, oferecendo uma espécie de resposta personalista à influência comunista. Segundo José Romero (1970), essa nova direita se apropriaria de ideologias europeias, como o fascismo, o falangismo e o nazismo, incorporando parcialmente a defesa de reivindicações populares sob um viés nacionalista, autoritário e paternalista. Na avaliação do historiador argentino, tratar-se-ia de um caminho para a modernização econômica e social alternativo ao liberalismo e ao socialismo e voltado para a conciliação entre os interesses das elites senhoriais, das classes médias e dos setores populares sob valores tais como: ordem, hierarquia, catolicismo e justiça social.⁵

É nesse quadro, portanto, que as direitas latino-americanas chegam na década de 1950: com diferentes experiências no poder, clivagens e influências externas (como a dos EUA, principalmente), além de uma presença fascista significativa. É a partir dessa década que se agravou o quadro de golpes civil-militares na América Latina, especialmente após a Revolução Cubana (1959). Esta acarretou no alinhamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com o país da América Central, e, a partir daí, muitos golpes seriam desferidos, inscritos na lógica de Guerra Fria e do conflito geopolítico, ora contra forças e governos assumidamente socialistas (como no Chile), ora de

5 A interpretação de Romero (1970) diverge da maioria dos estudos mais recentes sobre direitas populistas, os quais tendem a deslocar o aparecimento desse fenômeno para o final dos anos 1980 em diante. Sobre o tema, cf. Weyland (1996).

centro-esquerda (como no Brasil). Significativamente, esses golpes tiveram por principais condutores os militares e as Forças Armadas de seus respectivos países, com lastro da sociedade civil. Foram golpes à direita, organizados e executados por grupos e indivíduos que compõem esse campo do espectro político. Por outro lado, países como Colômbia, México e Venezuela mantiveram eleições periódicas, mas ingressaram em regimes de partido único, a exemplo do México, ou limitaram as disputas pelo poder exclusivamente entre as elites, como na Colômbia e Venezuela (Burton, 2011).

HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS “NOVAS DIREITAS” NA AMÉRICA LATINA

A expressão “*nouvelle droite*” surgiu na França, em 1978, sendo utilizada entre os jornalistas para designar um novo movimento político que tinha como sua principal referência intelectual Alain de Benoist (1943-). Esse grupo, o *Groupement de recherche et d'études pour la civilisation européenne* (GRECE), buscou se diferenciar das direitas clássicas (liberais, conservadores e fascistas) defendendo um “neonacionalismo” centrado na “raça branca” e na “herança indo-europeia” francesa. O GRECE reivindicou a primazia das elites em detrimento de estratégias eleitorais voltadas para obter apoio popular. Depois de focar no combate ao comunismo, a nova direita francesa passou a combater o individualismo liberal e o imperialismo estadunidense pautada em um “neo racismo diferencialista”, afirmando a diversidade cultural dos povos contra a homogeneização das culturas ditada pelos EUA e pela União Soviética (Ramalho, 1999).

Posteriormente, e com foco nas experiências francesa e anglosaxônica, Chantal Mouffe (1981) se referiu ao surgimento de um amplo movimento conservador-liberal que reuniria neoliberais, neoconservadores e a nova direita francesa em torno da crítica ao igualitarismo e à democracia como forma de governo. Para a cientista política belga, o neoliberalismo remontaria à década de 1940, com os textos de Friedrich Hayek (1899-1992) se destacando teoricamente; o neoconservadorismo teria surgido no início da década de 1970, tendo como seus ideólogos Daniel Bell (1919-2011), Irving Bristol (1920-2009), entre outros; e a nova direita francesa apareceria poucos depois, ainda nos anos 1970, tendo na obra de Alain de Benoist (1943-) sua principal liderança intelectual. Embora Mouffe (1981) não tenha explorado a política na América Latina, é importante recuperar sua análise sobre as novas direitas, pois ela apresenta semelhanças com o que ocorreu em outros países.

Em sua avaliação, um dos aspectos mais relevantes nessa discussão seria o alinhamento entre neoconservadores e neoliberais dos EUA e da Grã-Bretanha (chamado pela autora de “populismo de direita”) no que tange às suas críticas

contra o “excesso” de igualdade postulado pelo Estado de bem-estar social, bem como à sua defesa intransigente de certos tradicionais relativos à família, às mulheres, ao aborto, à homossexualidade e outros temas sociais. Desse modo, as direitas anglo saxônicas buscaram romper os limites impostos por identidades partidárias ou de classe, com o fim de construir lealdades baseadas em maiorias morais, isto é, fundadas na cultura, e não necessariamente em interesses materiais diretos (Mouffe, 1981).

A crítica neoliberal contra o intervencionismo estatal em defesa do mercado também se fez presente na América Latina, em países como Peru, Chile, Brasil, Argentina, Paraguai e México, sendo avaliada por vários autores como indício do surgimento de “novas direitas” na região. Na Argentina, a recepção do neoliberalismo teria se iniciado já na década de 1950, por iniciativa de políticos, intelectuais e *think tanks* através dos quais foram construídas parcerias com organizações neoliberais de outros países, a exemplo da Foundation for Economic Education (FEE), da Mont Pèlerin Society e do contato direto com dois dos principais teóricos do neoliberalismo no mundo, Ludwig von Mises (1881-1973) e Hayek. A partir da década de 1980, o discurso neoliberal ganharia mais força na Argentina, propondo a sua “modernização” em contraponto ao passado “populista”, reivindicando: redução da despesa pública, primazia do mercado em relação ao Estado, respeito pela propriedade privada, abertura comercial e financeira, redução do poder dos sindicatos e flexibilização das leis trabalhistas. Tudo isso sob uma retórica de desprezo pela política e pelo debate respeitoso, envolvendo ideias e modelos distintos do neoliberalismo (Morresi, 2008).

O mesmo conjunto de ideias passou a ser cultivado no Chile por volta de meados da década de 1950, a partir do intercâmbio entre as Escolas de Economia da Pontificia Universidad Católica de Chile e da University of Chicago, resultando na publicação de artigos em diários de ampla circulação (*El Mercurio*) e na criação de veículos próprios, como a revista *Polémica económico-social*, de 1968. Assim, os economistas vinculados ao neoliberalismo no Chile publicaram farto material criticando os excessos de intervenção estatal na economia, a valorização dos salários e as negociações coletivas, atribuindo uma explicação predominantemente monetária para a causa da inflação (Ruiz, 1992).

Já em 1966 havia um partido chileno que congregava conservadores e liberais: o Partido Nacional. Este partido contava com uma militância violenta (Deutsch, 2005), que enfrentava fisicamente os apoiadores de Salvador Allende (1908-1973), político socialista eleito em 1970 através da coalizão de esquerda Unidade Popular (UP). Ao longo da década de 1970, sob a ditadura Augusto Pinochet (1973-1990), os neoliberais chilenos se aproximaram dos nacionalistas corporativistas, compartilhando o diagnóstico segundo o qual o país vivia uma

crise política e moral responsável por afetar a autoridade da família, da Igreja, da universidade e do governo. Nesse sentido, as direitas passariam a defender o regime de Pinochet mesmo em seus aspectos mais arbitrários, supondo que a ditadura se constituiria enquanto um ato fundacional de uma nova institucionalidade capaz de preservar a unidade nacional, a tradição cristã ocidental, os direitos individuais, a propriedade privada, a ordem e a disciplina (Ruiz, 1992).

O caso chileno é de particular interesse por sintetizar uma linha dura violenta no poder e uma agenda econômica neoliberal, que prenunciou a guinada político-econômica dos anos 1980. Ao mesmo tempo que a linha dura se opunha a uma abertura maior ao mercado externo, e uma agenda de privatizações integral (o que se revela na manutenção do cobre como propriedade estatal), a orientação pró-mercado se fez valer no Chile, exibindo assim ao menos duas coalizões de direita durante o regime (Deutsch, 2005).

No Peru, a “nova direita” teria se consolidado politicamente entre os anos de 1987 e 1988, no bojo de uma campanha eficiente contra a estatização dos bancos privados nacionais empreendida pelo governo Alan García (1985-1990). Composta de empresários, conservadores católicos, partidos políticos e *think tanks*, a “nova direita” liderada por intelectuais como Mario Vargas Llosa (1936-) e Hernando de Soto (1941-) se uniria com o fim de preservar seus privilégios de classe contra o aumento da criminalidade e o poder dos sindicatos operários (Durand, 1990). Com o fim do governo García, em 1990, as direitas peruanas se alinharam ao governo de Alberto Fujimori (1990-2000) responsável pela estabilização da economia nacional e pela implementação de uma agenda conservadora. Os empresários adeptos do neoliberalismo e integrantes da Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (CONFIEP) não somente participaram diretamente do governo, como também defenderam a sua tentativa de autogolpe realizada em 1992. Paralelamente, organizações católicas conservadoras, a exemplo da Opus Dei e da Sodalitium Christianae Vitae, apoiaram publicamente Llosa e o grupo anti-nacionalização bancária. Assim, “desde os anos 1990, uma geração de gerentes e profissionais individuais se formou nessas escolas e universidades de elite, abraçando uma agenda econômica neoliberal, e valores católicos conservadores, reconciliando assim piedade/perdão religiosa/o com bem-estar material” (Durand, 2011, p. 102, tradução nossa).⁶

O México talvez represente o caso mais emblemático de amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo, especialmente no início deste século. Conforme Alexandre Dawson (2011) explicou, o Partido de Acción

⁶ No texto original, “since the 1990s, a generation of managerial and professional individuals have graduated from these elite private schools and universities and have embraced neoliberal economics and conservative Catholic values, reconciling in this way religious piety with material well-being” (Durand, 2011, p. 102).

Nacional (PAN), fundado em 1939, desde o início de sua trajetória identificou-se com o catolicismo, buscando oferecer uma alternativa ao domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI). No final da década de 1970, o PAN iniciou um movimento de inclusão de grupos ultradireitistas inconformados com a corrupção política, a rebelião juvenil, a liberdade sexual e o consumo de drogas, além do feminismo. Durante os anos 1990, o partido conquistou vários governos estaduais, além de se tornar uma força significativa na Câmara dos Deputados. Sob o governo populista de Vicente Fox (2000-2006), o PAN deslocou-se ainda mais para a extrema direita, assumindo um discurso anti-estatista de capitalismo selvagem. Contudo, a partir de 2007, diversos membros saíram do partido para ingressar no Movimiento de Participación Solidária, um novo partido que reuniu fascistas e conservadores, reafirmando uma agenda política baseada em valores tais como família, governo honesto e ordem.⁷

Benjamin Cowan (2018) também identificou a existência de uma “nova direita” pautada pela aliança e/ou combinação entre neoconservadorismo e neoliberalismo, mas com foco no Brasil e nos EUA. Examinando as relações mantidas entre organizações de direita com sede nos dois países mencionados e a trajetória dos indivíduos que atuaram em tais organizações,⁸ o historiador estadunidense mostrou como a pretensão de construir uma moral majoritária nos EUA e no Brasil pautou o comportamento político de conservadores evangélicos e católicos. Atacando políticas públicas voltadas para a homossexualidade e o aborto, o Estado de bem-estar social, o comunismo, a imoralidade e a secularização, os neoconservadores estadunidenses e brasileiros promoveram uma campanha transnacional em parceria com líderes e organizações homólogas latino americanas, europeias, asiáticas e orientais, trocando informações e oferecendo treinamento de militantes. Nesse sentido, Cowan (2018) revela que um fenômeno aparentemente novo, qual seja, a simbiose entre neoliberalismo e neoconservadorismo, na verdade, remonta aos anos 1960 e ao contexto de Guerra Fria, por mais que possa sofrer adaptações no presente.

No plano político, os governos militares da segunda metade do século XX ficarão marcados por um anticomunismo truculento, com as chamadas “linhas

7 Os evangélicos, em particular, teriam conquistado espaços importantes no governo e nas casas legislativas do México, criando partidos próprios, como o Partido Encuentro Social (PES), impondo leis pró-vida e realizando intensa campanha de oposição ao que eles chamam de “ideologia de gênero”, semelhante ao que fazem as direitas neoconservadoras no Brasil, na Colômbia e Costa Rica (Romero *et al.*, 2020, p. 271).

8 Cowan (2018) se debruçou sobre a história da Free Congress Foundation, do International Policy Forum (IPF), ambas as organizações criadas por Paul Weyrich em 1978 e 1982, respectivamente; da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960; e da World Anticommunist League (WACL), surgida na Coréia do Sul em 1966.

duras” das Forças Armadas pressionando ou mesmo assumindo os grupos à direita no poder para combater seja as forças democráticas organizadas, que não adotavam a luta armada, seja aqueles que assumiam o combate como estratégia de sublevação e potencial derrubada do regime militar. A religião, aí, cumprirá papel de legitimadora dos regimes militares, especialmente com as igrejas evangélicas - que observarão um *boom* significativo a partir das décadas de 1980-1990 -, havendo algumas poucas exceções de confronto aos regimes que, muitas vezes, se valeram de práticas de tortura e assassinato em suas estratégias anticomunistas (Villazón, 2015).

Com o fim da Guerra Fria,

assistimos na América Latina à consagração da democracia representativa como regime político incontornável e dos direitos humanos como seu alicerce. Em tais circunstâncias, a vinculação com os regimes militares convertia-se em ônus para os indivíduos e grupos que disputavam posições na arena política (Velasco e Cruz; Kaysel; Codas, 2015, p. 7-8).

Em outras palavras, houve uma inflexão conjuntural significativa após a queda do Muro de Berlim, que afetaria decisivamente o pensamento e a política das direitas latino-americanas, agora associadas a ditaduras.

Os anos 1990 registraram a continuidade da instabilidade institucional na América Latina, com uma miríade de *impeachments* e renúncias presidenciais eclodindo em seu território. Em ordem cronológica: Fernando Collor, 1992, Brasil; Carlos Pérez, Venezuela, 1993; Ernesto Samper, Colômbia, 1996; Abdala Bucaram, Equador, 1997 e Raul Cubas Grau, Paraguai, 1999. Já no começo do século espocaram vitórias de forças à esquerda, como no Brasil e na Bolívia, com líderes populares que sinalizavam com políticas sociais voltadas para as populações carentes. Era a chamada “onda rosa”, a conquista do poder pela via eleitoral por parte de forças das esquerdas em diferentes países da América Latina. É nesse contexto que as direitas se reorganizaram, participando diretamente do poder na Colômbia e no México, compondo coligações governamentais no Brasil, fornecendo quadros e pautando as políticas públicas do governo, estando no poder (Peru) ou fora dele (Argentina e Chile até 2010) (Burton, 2011).

A América Latina do período 1980-2020 tem algumas especificidades que vertebram sua conformação social. Trata-se de um território de alta instabilidade institucional, marcada por rupturas frequentes nos governos dos países que a compõem, e é ainda a região mais desigual do planeta (Lissardy, 2020), e a mais violenta do mundo por larga margem desde 2005, com altas taxas de homicídio (Mejías, 2022). Em um quadro de alta densidade urbana e de grande violência, o problema da segurança pública passou a ser cada vez mais urgente na região, sendo governos corruptos regularmente tidos como responsáveis por

tais problemas (Romero *et al.*, 2020). Inserida nessa lógica, a defesa aberta da violência, que fora adotada sem rodeios pelos liberais e conservadores na época da Guerra Fria, passa a ser convocada contra os criminosos, cobrando uma atuação mais incisiva das forças de segurança, o que propicia o surgimento de um Estado autoritário sob contornos diferentes.⁹ É aí também que a religião volta a ter papel fundamental na sociabilidade conservadora, porém sob signos adaptados à essa nova conjuntura.

Ao realizar uma pesquisa empírica no México, Peru, na Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e Bolívia, Edgar Ruiz (2005) construiu um panorama valioso acerca do neoconservadorismo na América Latina.¹⁰ Em seu entendimento, o avanço da agenda neoconservadora na região foi impulsionado a partir das últimas décadas da Guerra Fria sob a liderança do papado de João Paulo II (1978-2005) e dos governos Ronald Reagan (EUA, 1981-1988) e George Bush (EUA, 2001-2009), seguidos de igrejas, ativistas cristãos e organizações homólogas, a exemplo dos Legionários de Cristo (1941), da Human Life International (1981), da Alianza Latinoamericana para la Familia (1983) e da Fundación Domino (1987). Assim, as direitas neoconservadoras empreenderam diversos esforços voltados para combater a liberdade sexual, o laicismo e o feminismo na América Latina, utilizando-se de militância nas ruas, em casas legislativas e na internet, da publicação de livros e manuais sobre educação sexual, além da criação de centros de estudos, como a Pontifícia Academia para la Vida (1994).

Nesse sentido, o trabalho de Ruiz (2005) indica uma mudança nos discursos das direitas conservadoras latino americanas, que conferem maior acento a problemas culturais e sociais, como sexualidade, aborto, gênero e drogas, em seus conflitos com as esquerdas. No entanto, esse movimento recupera, em parte, as considerações feitas por Edmund Burke (1982), quando o filósofo irlandês enfatizou o vínculo intrínseco entre política e religião, Estado e Igreja, a importância do cristianismo para organização da sociedade em termos de reconhecimento das desigualdades e hierarquias “naturais” existentes entre os homens; e por Joseph de Maistre (1825), para quem a soberania e a capacidade

9 Segundo Nina Wiesehomeier e David Doyle (2014), em toda a América Latina, os resultados de pesquisas de opinião realizadas entre os anos 1990 e 2010 junto a indivíduos simpatizantes das direitas mostram que eles tendem a apoiar medidas autoritárias para combater o avanço da criminalidade. No entanto, a demanda por um Estado forte capaz de garantir a segurança pública atravessa a clivagem esquerda-direita, reunindo pessoas dos mais variados matizes políticos e ideológicos. É justamente por isso que ela se coloca como uma janela de oportunidades para que as direitas consigam ampliar seu eleitorado, atravessando barreiras de classe e identidades partidárias.

10 O autor não usa o termo “neoconservadorismo”, mas discute um conjunto de práticas e discursos políticos que remetem a uma mudança no conservadorismo motivada por seu embate contra pautas pós-materialistas. Sobre as diferenças entre conservadorismo e neoconservadorismo, cf. Robert Nisbet (1987).

de transformação social não reside no povo, mas sim em Deus, visto como a única fonte de legitimidade do poder político e agente da história. Portanto, o novo conservadorismo, recupera uma longa tradição do pensamento político que rejeita mudanças bruscas, a legitimidade do governo popular (embora interpele as camadas populares constantemente) e a igualdade como princípio fundamental, e o faz agarrando-se taticamente e de modo instável ao neoliberalismo.

Em nossa avaliação, é nítido que tal neoconservadorismo difere de uma interpretação laica acerca da organização social e do exercício do poder, que pode ser encontrada na obra de Michael Oakeshott, na medida em que o filósofo inglês pontuou, em seu ensaio “Ser conservador”, de 1956, que conservadorismo e religião não apresentam uma relação necessária entre si; e muito pelo contrário. Desde uma perspectiva conservadora, não caberia ao Estado impor uniformidade de crenças, mas tão somente reconhecer a liberdade e a diversidade de cultos, resolvendo eventuais conflitos surgidos a partir dessa mesma diversidade. Em suas palavras,

Para deixar claro meu ponto de vista antes de partirmos para uma elaboração mais detalhada, as linhas que formam a figura da predisposição conservadora na política não têm nada a ver com leis divinas ou ordem natural, nem com moral ou religião; é a observação de quatro maneiras de viver que combinadas com o paradigma de que a atividade de governar é específica e limitada, provendo e zelando pelas regras gerais de conduta, que são entendidas, não como planos para se impor atividades substantivas, mas como capazes de possibilitar que as pessoas persigam seus próprios interesses com a frustração mínima. Tudo isso exige uma postura conservadora (Oakeshott, 2016, p. 168).

O neoliberalismo, por sua vez, também apresenta uma configuração conceitual nova em relação ao liberalismo clássico e o liberalismo social, pois, diferente destas duas variantes, ele enfatiza a necessidade e a vantagem da liberdade econômica em detrimento da liberdade política, assim como um individualismo radical frente à cooperação entre os indivíduos e à preocupação com o bem-estar social (Freeden, 2015). Para um de seus principais teóricos, o já mencionado economista austríaco Hayek, o liberalismo¹¹ deveria ser entendido, sobretudo, como redução máxima da coerção sobre o indivíduo (liberdade negativa), não implicando, necessariamente, em liberdade civil ou política (liberdade positiva). Assim, a liberdade como exercício do poder passa a ser combatida pelos neoliberais que buscam se diferenciar tanto dos socialistas quanto dos conservadores e dos liberais sociais, defendendo a primazia do

11 Ele não usa o prefixo “neo”, entendendo que sua interpretação é tributária do “verdadeiro liberalismo”, cujo principal teórico seria Adam Smith. Assim, percebe-se que o uso do termo “neoliberalismo” é mais comum entre os seus estudiosos do que entre os seus teóricos, tal como ocorre com relação ao neoconservadorismo.

mercado na organização e transformação social, além de maior tolerância religiosa, em comparação com os conservadores (Hayek, 1983) - muito embora existam diversas afinidades e aproximações políticas entre neoliberais e neoconservadores, como expomos neste capítulo.

Além destas duas novidades em termos de ideologias políticas, poderíamos tratar, rapidamente, das ressignificações e transformações dos fascismos. Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster (2022) são alguns dos pesquisadores que rejeitam um tratamento restritivo aos fascismos com relação aos anos 1920-1940, compreendendo que esse fenômeno apresenta uma série de continuidades e permanências nos dias de hoje.¹² Os historiadores argumentam que os fascismos contemporâneos recuperam dos fascismos clássicos o uso de expressões vulgares, visando ridicularizar e desqualificar o adversário, negando-se o debate racional. A construção simbólica dos adversários seria acompanhada do estímulo frequente à violência que, uma vez transformada em fato normal ao nível da linguagem, seria naturalizada também ao nível da ação física.

Enzo Traverso (2019) também analisa os fascismos na longa duração, mas dando conta de enfatizar suas transformações, daí o emprego dos termos neofascismo e pós-fascismo: enquanto o primeiro representaria “[...] uma tentativa de perpetuar e regenerar o velho fascismo” (Traverso, 2019, p. 15), o segundo, apesar de apresentar continuidades em relação ao fascismo clássico, não reivindicaria tal origem, a exemplo do governo Donald Trump (2017-2021). Ele difere do fascismo clássico em vários aspectos: política econômica, política externa, individualismo exacerbado em detrimento de concepções culturais coletivas. A diferença de contextos históricos provocou, inclusive, mudanças em termos de inimigos a serem combatidos, incluindo: negros, latinos, muçulmanos e imigrantes não-brancos, em geral. Além disso, faltou ao governo Trump um programa político de transformação substantiva da sociedade, algo que o fascismo clássico apresentou. Em síntese, para o historiador italiano, a fragilidade do trumpismo na construção de identidades coletivas, na mobilização das massas e na formulação de um modelo civilizatório alternativo ao liberalismo e ao socialismo seriam sinais evidentes da diferença entre o pós-fascismo trumpista e o fascismo clássico (Traverso, 2019).

¹² Importante frisar que os autores não identificam o fascismo como uma ideologia política, mas sim enquanto “[...] uma doutrina de ressentimento com grande capacidade de mobilização de massas por meio do uso da violência” (Silva; Schurster, 2022, p. 306), muito embora abordem conceitos comuns aos fascismos, a exemplo de: militarismo, nacionalismo, imperialismo, racismo, culto ao líder e violência política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos, seguida da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, no Brasil, pegou muitos analistas políticos de surpresa. Porém, esses eventos revelam um fenômeno mais amplo, qual seja, a crise da democracia liberal. A crise que as instituições representativas atravessam atualmente alcança tanto países onde a democracia se estabeleceu de forma tardia e incompleta, como no Brasil, quanto países onde a democracia parecia ser sólida e resiliente mesmo quando confrontada em seus fundamentos, como nos EUA. Com Adam Przeworski (2020), concordamos que o crescimento das desigualdades socioeconômicas provocadas pela hegemonia neoliberal se combinou com uma insatisfação generalizada em relação aos governantes, expressa na percepção de que mudam-se os personagens, mas não as práticas. A morte das democracias, para recuperarmos a expressão utilizada por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), não ocorre mais através de golpes armados liderados pelas Forças Armadas, como no Brasil em 1964 ou no Chile em 1973, mas sim por iniciativa de líderes autoritários que atuam dentro das próprias instituições representativas e são cancelados nas urnas.

Podemos sugerir como hipótese de trabalho, reforçando a interpretação de Przeworski (2020) e Mudde (2022), que a crise da democracia liberal em curso tem como um de seus principais elementos definidores a normalização dos extremismos de direita, expressa na ascensão de líderes e partidos populistas radicais de direita e no crescimento eleitoral de partidos ultraradicais de direita em vários países e continentes.¹³ Afinal, como destaca Perry Anderson, “se uma via parlamentar ao socialismo está para ser vista, as experiências italiana e alemã entre as guerras são um lembrete de que há uma via parlamentar ao fascismo. Esta realidade incômoda tem de ser encarada” (Anderson, 2002, p. 233). É a partir daí que se compreende a urgência do tema e o aumento na atenção dos intelectuais para o problema: restringir o fascismo às experiências históricas de tomada do poder na Alemanha e Itália parece insuficiente para explicar continuidades históricas como as vistas atualmente.

Nas discussões sobre avanços fascistas no Brasil, Webber (2020), por exemplo, sugeriu que a experiência sob Bolsonaro poderia se traduzir não num formato fascista de Estado clássico, com uma agenda de nacionalismo e

13 Mudde (2022, p. 22-23) distingue direita radical e direita ultraradical: a primeira “[...] aceita a essência da democracia, mas se opõe a elementos fundamentais da democracia liberal, notadamente os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes”; enquanto a segunda “[...] rejeita a própria essência da democracia, ou seja, a soberania popular e o governo da maioria”. Em síntese, “enquanto a direita ultraradical é revolucionária, a direita radical é mais reformista. Essencialmente, a direita radical confia no poder popular, e a direita ultraradical não”.

protecionismo econômico, mas sim de subserviência ao capital internacional. Os “camisas negras” de Bolsonaro, à la Mussolini, poderiam ser recrutados facilmente entre as milícias do Rio de Janeiro (Webber, 2020, p. 162), em outro exercício de imaginação histórica do autor que não rejeita a possibilidade de os episódios de fascismo clássico assumirem novas formas na história.

Assim, entendemos que as transformações nos discursos e na linguagem política liberal, conservadora e fascista são indícios de que o aparente consenso democrático e pluralista surgido sob os escombros da Guerra Fria e das ditaduras militares latino americanas não foi capaz de impedir que velhos discursos fossem recuperados e normalizados, corroborando a violência política e a corrosão das democracias contemporâneas a partir de dentro. O combate e a perseguição política contra minorias étnicas ou grupos vulneráveis, os ataques sistemáticos contra a legitimidade das eleições e do Poder Judiciário, seguidos da banalização do recurso à violência ilegal no combate à criminalidade são alguns dos sinais que demonstram um processo de crise democrática no Ocidente, em boa medida, associado à radicalização das direitas e à convivência dos partidos tradicionais em relação à ascensão de líderes radicais de direita, a exemplo de Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

ANSALDI, Waldo. Propuesta para una agenda de investigación sobre las derechas latinoamericanas. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, Barcelona, n. 132, p. 123-144, 2022.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Las derechas en América Latina tras la salida de las últimas dictaduras. **Historia y problemas del siglo XX**, Año 10, v. 11, p. 8-14, julio-diciembre de 2019.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BURTON, Guy. The South American right after ‘the end of history’. *In*: DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve (eds.). **Right-wing politics in the new Latin America**. London; New York: Zed Books, 2011, p. 11-25.

COWAN, Benjamin Arthur. A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 61, nº 2, p. 1-25, 2018.

DAWSON, Alexander. PAN Para Todos: elections, democracy and the right in contemporary Mexico. *In*: DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve (eds.). **Right-wing politics in the new Latin America**. London; New York: Zed Books, 2011, p. 63-77.

DEUTSCH, Sandra McGuee. **Las derechas – La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

DURAND, Francisco. La nueva derecha peruana: orígenes y dilemas. **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, vol. 8, n° 23, p. 351-374, may.-aug. 1990.

DURAND, Francisco. A right for all seasons? Right-wing politics in contemporary Peru. In: DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve (eds.). **Right-wing politics in the new Latin America**. London; New York: Zed Books, 2011, p. 96-109.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FREEDEN, Michael. **Ideología**: una brevíssima introducción. Santander: Universidad Cantabria, 2013 [2003].

FREEDEN, Michael. **Liberalism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983 [1972].

KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich (eds.). **El pensamiento conservador y derechista en América Latina, España y Portugal**: siglos XIX-XX. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LISSARDY, Gerardo. Por que a América Latina é a ‘região mais desigual do planeta’. **BBC News**, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (orgs.). **The Resilience of the Latin American right**. John Hopkins University Press, Baltimore, 2014.

MAISTRE, Joseph de. **Ensayo sobre el principio generador de las Constituciones políticas y demas instituciones humanas**. Pamplona: Imprenta de Javier Gadea, 1825 [1809].

MEJÍAS, Sonia Alda. **Dimensiones y perspectivas de la violencia en América Latina**. S.l.: Prosegur Research. 2022. Disponível em: https://www.prosegurresearch.com/pt_BR/blog/insights/dimensoes-perspectivas-violencia-america-latina-br#:~:text=A%20Am%C3%A9rica%20Latina%20%C3%A9%20a,compreens%C3%A3o%20destes%20n%C3%ADveis%20de%20criminalidade. Acesso em: 29 abr. 2024.

MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina**: la democracia sin política. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MOUFFE, Chantal. Democracia y nueva derecha. **Revista Mexicana de**

Sociología, Ciudad de México, vol. 43, p. 1829-1846, 1981.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987 [1986].

OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Editora Aymee, 2016.

PRADO, Maria L; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [2019].

RAMALHO, Marcelo. Nouvelle droite/nova direita na França. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.

ROMERO, José L. **El Pensamiento Político de la Derecha**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

ROMERO, Catalina *et al.* ¿Tradicionalismos, fundamentalismos, fascismos? El avance de los conservadurismos en América Latina. **Encartes**, Ciudad de México, vol 2, núm. 4, septiembre 2019-marzo 2020, pp. 252-283.

RUIZ, Carlos. El conservantismo como ideología. Corporativismo y neoliberalismo en las revistas teóricas de la derecha. *In*: CRISTI, Renato; RUIZ, Carlos. **El pensamiento conservador en Chile**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria S.A., 1992, p. 103-123.

RUIZ, Edgar González. **Cruces y sombras**: perfiles del conservadurismo en América Latina. S.l.: S.n., 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Passageiros da tempestade**: fascistas e negacionistas no tempo presente. Recife: Cepe, 2022.

SOLER, Lorena; PREGO, Florencia. Derechas y neogolpismo en América Latina. Una lectura comparada de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). **Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, Año 10, Volumen 11, p. 33-52, julio-diciembre de 2019.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, vol. 13. nº 2, p. 12-44, 2019.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VICENTE, Martín Alejandro. **Una opción, en lugar de un eco**: los intelectuales liberal-conservadores en la Argentina, 1955-1983. 2014. 334 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

VILLAZÓN, Julio. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. *In*: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 163-177.

WEBBER, Jeffery R. Late Fascism in Brazil? Theoretical Reflections. **Rethinking Marxism**, Michigan, vol. 32, n° 2, p. 151-167, 2020.

WEYLAND, Kurt. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: Unexpected Affinities. **Studies in Comparative International Development**, Los Angeles, vol. 31, n° 3, p. 3-31, fall 1996.

WIESEHOMMEIER, Nina; DOYLE, David. Profiling the Electorate: Ideology and Attitudes of Rightwing Voters. *In*: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (orgs.). **The Resilience of the Latin American right**. John Hopkins University Press, Baltimore, 2014, p. 48-72.